



J O R N A L D A

A P E O E S P

NÚMERO 305 - ABRIL 2016

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À CNE e CUT

WWW.APEOESP.ORG.BR

MAIS UM ANO SEM REAJUSTE, NEM PENSAR!

Em 29 de Abril, vamos decidir pela **GREVE!**



Uma luta vitoriosa



APEOESP é tema de doutorado

O jornal da APEOESP é um dos focos da tese de doutorado que o professor Jaime Farias Dresch apresentou à Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos.

"A impressão do consenso: uma análise político-epistemológica do SARESP na Folha de São Paulo e no Jornal da APEOESP" é o título da tese, que é o mais recente destaque da seção Teses e Dissertações do site do Sindicato.

A tese de 226 páginas apresenta as diferentes orientações de veículos bem distintos no universo da comunicação social. O trabalho tem como base os textos dos referidos jornais relacionados ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

A seleção dos textos foi delimitada ao período entre 1995, início do governo de Mário Covas, que implantou o SARESP, e 2010, último ano do governo de José Serra. Vale ressaltar que a delimitação deste período corresponde ao período dos quatro primeiros mandatos consecutivos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo de São Paulo. Por isso, a instauração do discurso da reforma neoliberal também foi alvo da pesquisa.

Teses e Dissertações

Outras recentes resenhas publicadas pela APEOESP na seção dedicada a trabalhos acadêmicos são:

- Jornalista analisa crônicas musicais de Chico Buarque em doutorado na USP
- Gestão da Escola de Tempo Integral é avaliada em Mestrado na PUC
- Pesquisadora analisa relação



- entre o rap e a formação de jovens estudantes da rede pública
- Pela primeira vez, canções de Adoniran são analisadas através da semiótica em doutorado na USP
- Mestrado na USP revela que gênero e sexualidade ainda não são temas frequentes do currículo escolar
- O papel da Filosofia no currículo do programa "São Paulo Faz Escola" é tema de Mestrado
- Professor de Filosofia analisa conceito de angústia nas obras de Graciliano e Saramago

Pesquisa na Unifesp

A professora e pesquisadora Marcela Riccomi Nunes está procurando voluntários para o seu doutorado sobre o estresse entre educadores. A pesquisa, que está sendo desenvolvida no Departamento de Psicobiologia da Unifesp, vai avaliar os efeitos de um programa de redução de estresse sobre os professores. Mais informações através do e-mail nunes.marcela@gmail.com.

Pioneira nos debates sobre respeito às diversidades e inclusão que tornaram-se 'febre' nas redes sociais, a APEOESP antecipou em reportagem da edição 2013 do seu Boletim da Consciência Negra a pesquisa que será lançada agora pela DBA Editorial.

"Gênios da Humanidade: Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente", do historiador Carlos Eduardo Dias Machado e da consulesa da França, Alexandra Loras, apresenta o trabalho de inventores e cientistas negros.

O livro é resultado da pesquisa que o professor de História da rede pública começou a fazer depois que viu, em 1996, um anúncio de uma rede de fast food em homenagem ao Mês da Consciência Negra.

"O anúncio trazia ilustrações de objetos que foram inventados por pessoas negras, como o semáforo, a geladeira e a caneta tinteiro, sob o seguinte título: Toda a vez que você usa uma dessas coisas, você está celebrando a história negra", conta o professor que, durante muitos anos, procurou uma editora para a publicação desta pesquisa exclusiva que ganhou visibilidade graças à parceria com a consulesa Alexandra Loras, jornalista que foi a primeira apresentadora negra da TV aberta francesa.

LGBT

Além do Boletim da Consciência Negra, que chega aos professores em novembro, a APEOESP também leva às escolas o Boletim LGBT, cuja sétima edição será lançada em junho, mês em que se celebra o Dia Internacional do Orgulho Gay.

Em 2016, a Parada do Orgulho será dedicada ao tema "Lei de Identidade de Gênero, Já!". O Boletim dedicado à identidade de gênero surgiu a partir das reflexões do Coletivo LGBT, criado durante o Encontro de Políticas Sociais, que

o Sindicato realizou em agosto de 2009. No ano seguinte, o Coletivo foi batizado com o nome do Professor Fernando Schueler, que faleceu no dia 27 de maio de 2010.

Professor de História e ativo militante dos direitos dos trabalhadores, especialmente dos professores da rede estadual de São Paulo, e dos homossexuais, Fernando Schueler Pereira da Costa participava da Organização da Parada Gay.

Ele participou da organização do I Encontro LGBT organizado pelo Sindicato, com o objetivo de levar a discussão em defesa da diversidade e contra o preconceito sexual para as escolas.

Feminismo

Outra publicação editada pela APEOESP que pode ser utilizada como ferramenta pedagógica é o Boletim do Dia Internacional de Luta da Mulher, publicação anual lançada em março.

Dedicado ao protagonismo feminino, o Boletim reforça a importância de levar aos estudantes lições sobre respeito e igualdade. O tema, antes restrito à militância sindical e feminista, ganhou imensa visibilidade com as redes sociais.

De forma inédita, a publicidade, o cinema e o mercado editorial passaram a apresentar o protagonismo das mulheres. Por exemplo, um livro pioneiro sobre o feminismo ganhou recentemente sua primeira tradução em português.

"Reivindicação dos direitos da mulher", escrito por Mary Wollstonecraft no século XVIII, tornou-se referência para o feminismo contemporâneo, desde Simone de Beauvoir. A autora envolveu-se na Revolução Francesa e foi uma precursora do amor livre. O livro, lançado no Brasil pela Editora Boitempo, é um dos destaques recentes do site da APEOESP.

Saúde & Educação



■ Uma modalidade de meditação aplicada à saúde está ganhando adeptos no

Brasil. Conhecida como Mindfulness, a prática é desenvolvida no Instituto Brasileiro de Medicina Comportamental, departamento ligado à Universidade Federal de São Paulo.

O método, traduzido no Brasil como Atenção Plena, promete reduzir sintomas de stress, depressão e ansiedade, principalmente entre profissionais submetidos a jornadas com elevados níveis de pressão, como os professores. Os módulos têm sessões semanais e gratuitas, com instrutora certificada em Medicina Comportamental. O Instituto fica na Rua 03 de maio, 249, na Vila Clementino. Mais informações: (11) 5081 5405.



■ A Escola Dieese de Ciências do Trabalho está com inscrições abertas para o processo seletivo para a nova turma do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho. Pioneiro no País, o curso tem um currículo baseado nas seguintes disciplinas: Economia Política, Sociologia Política e História Social.

As inscrições podem ser feitas até o dia 10 de junho pela Internet (www.escola.dieese.org.br) ou no próprio Dieese, onde o curso será ministrado, na Rua Aurora, 957, Metrô República. Mais informações: (11) 3821 2150.

Mensalidade

Desconto da mensalidade no holerite de março será de 1,4% sobre o salário de cada associado. Desconto mínimo: R\$ 17,53 Desconto máximo: R\$ 70,12

ATENÇÃO, PROFESSORES(AS) ASSOCIADOS(AS)!

Atualizem seus dados cadastrais na APEOESP! Procurem sua Subsede ou façam contato na Sede Central do Sindicato! Com dados atualizados, estaremos mais próximos e mais fortalecidos!

Os professores podem enviar sugestões para as próximas edições do Jornal da APEOESP e do Boletim Educacional e Cultural e também divulgar seus livros, blogs e outros trabalhos através do Sindicato. E-mail: imprensa@apeoesp.org.br ou através de formulário de contato no próprio site.

Luto

Jornalista da APEOESP, José Buzelli Filho faleceu no dia 05 de março, no Hospital do Servidor Público Estadual.

Buzelli trabalhou nos principais jornais de São Paulo, foi assessor de vários governadores e autoridades políticas e destacou-se na defesa dos professores das escolas públicas, pauta que ele levava mensalmente a mais de 300 emissoras de rádios espalhadas pelo Estado de São Paulo. Desde 1993, era colaborador também da Rádio Azul Celeste, em Americana.

A APEOESP lamenta e solidariza-se ainda pelo falecimento dos seguintes companheiros:

- Prof. José Mauro Marinheiro Fernandes, Conselheiro da APEOESP e ex-Secretário de Educação de Batatais, no dia 30 de março
- Profª Vera Lúcia Silva Tamião, Conselheira Estadual e Vice Coordenadora da Subsede de Bauri, no dia 08 de março
- Prof. Marcelo Leme, da subsede Lapa
- Prof. Valdemir Augusto, de Sorocaba, da subsede de Sorocaba, no dia 22 de dezembro de 2015

Um ano após a maior greve da história da rede estadual de ensino, o governo do PSDB no estado de São Paulo reafirma seu descompromisso com a educação pública de qualidade.

É preciso que os professores entendam que sem luta cotidiana efetiva não vai haver vitórias. Fatos históricos nos permitem afirmar que só tivemos conquistas quando nos mobilizamos e fomos para as ruas.

Não basta lembrar-se do Sindicato em determinados momentos e perguntar "O que a APEOESP está fazendo?". É preciso perguntar também: "Por que o governo continua tão desrespeitoso com a mais importante categoria profissional?"

Para lutar e conquistar, andamos no fio da navalha. Não se pode esperar que salários e condições de trabalho melhorem sem que os professores nada precisem fazer. Não há saída: é preciso mobilização. Devemos debater a greve em todas as escolas e tirar uma posição clara na assembleia do dia 29/04, sem dar fôlego ao governo que continua atacando nossos direitos.

Devemos debater a greve e tirar uma posição clara, sem dar fôlego ao Governo, que continua atacando nossos direitos

Valorização é o eixo da nossa luta

Em 2015, com a greve, debatemos a valorização na perspectiva da equiparação salarial dos professores com a média dos demais profissionais com formação de nível superior – e isto é lei, está na meta 17 do Plano Nacional de Educação. Ela está de acordo com o conceito de valorização historicamente construído pela nossa categoria.

Hoje, na rede estadual de ensino, o Professor de Educação Básica I (PEB I) recebe um salário inicial menor que o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Ao mesmo tempo, o salário do Professor de Educação II (PEBII) está apenas 13% acima do PSPN. Sem reajuste, em pouco tempo também ficará abaixo do piso nacional. O governo do Estado deveria, no mínimo, reajustar nossos salários em 11,36%, índice de reajuste do piso salarial nacional, definido pelo governo federal.

O governo jogou na nossa divisão

Com grande desfaçatez, o governo estadual tentou dividir a nossa categoria entre o pagamento do bônus e um reajuste de 2,5%. Não aceitamos isto. Deixar aos professores e às professoras a opção entre um bônus – de valor menor do que o de 2015 – e um reajuste de 2,5% não foi a posição do Sindicato.

A APEOESP adotou a posição acertada. Temos uma concepção de valorização, construída pela categoria, fruto da maior greve da história da rede. Foi em defesa desta proposta que o Sindicato foi ao secretário da Educação apresentar nossas reivindicações salariais e profissionais.

Emergencialmente, queremos a reposição da inflação acumulada desde julho de 2014, data do último reajuste, o que significa um índice de 16,6% e uma mesa de negociação permanente para debater a valorização da nossa categoria, de acordo com a meta 17 do PNE.

O governo não aprende

O governo estadual toma lições, mas não aprende. O ano de 2015 foi de intensas e frutíferas mobilizações de professores, estudantes e movimentos sociais. Apesar de ter sido obrigado pela justiça a pagar os dias parados e forçado pelo movimento a recuar do fechamento das escolas, o governo não responde às demandas da categoria e insiste em fechar classes – no

mínimo 1.412 classes foram fechadas em 2016, sobretudo no noturno. Mais de 260 mil estudantes ficaram fora da escola por este motivo. O governo retirou das escolas as condições para que se possa desenvolver com qualidade o processo ensino-aprendizagem.

Desvios na merenda escolar

Um dos pontos centrais para nós é a questão dos desvios na merenda escolar. Como é possível falar em qualidade de ensino se o Estado nega aos estudantes as condições de permanência nas escolas? Uma dessas condições é merenda de boa qualidade, porém é servida nas escolas apenas merenda seca – bolachas, sucos, chá – sem valor nutritivo para sustentar os estudantes. Sabemos que muitos pais enviam seus filhos à escola também para que possam ter acesso a pelo menos uma refeição nutritiva. Se isto não é papel da escola, é uma questão a ser discutida no âmbito mais geral da sociedade, no contexto do direito à Educação. Foram desviados milhões de reais da merenda. Exigimos uma CPI para apurar os fatos.



A reencarnação da TFP

Há, ainda, o caso do vergonhoso artigo publicado pelo Secretário da Educação. Ele desonera o Estado em relação à Educação e reencarna a organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), que apoiou o golpe militar de 1964 e defende o poder do mercado em detrimento do atendimento ao social. O texto desqualifica os serviços públicos, utilizando o termo pejorativo "Estado-babá". O Estado deve, sim, ser provedor para a maioria pobre, que paga impostos compulsoriamente. Se esses impostos não devem voltar sob a forma de serviços públicos de qualidade, perguntamos - por que o Secretário ocupa aquela cadeira? Cabe ao Estado prover saúde pública, educação pública, moradia, transportes e outros serviços.

Democracia sim, golpe não!

Nós, professores, temos o privilégio de nos relacionar com a sociedade durante 200 dias por ano, dialogando diretamente com os estudantes e, por meio deles, com seus pais, que constituem grande parcela da população.

Como educadores e cidadãos, formadores de opinião, temos um papel fundamental na atual conjuntura. É impossível não ter lado diante do que está em jogo no nosso país. Para nos posicionar, é preciso conhecer os pontos de vista em disputa, as duas versões, de quem defende o impeachment e de quem é contra o impeachment da presidenta da República.

Nós temos posição contra o impeachment, discutida nas instâncias do Sindicato. Não há legalidade no processo, sequer um ponto que mostre que a presidenta que hoje ocupa o Palácio do Planalto esteja envolvida em crimes. Nas

listas divulgadas sobre propinas pagas a políticos e contas ilegais no exterior não consta o nome da presidenta Dilma, nem o do ex-presidente Lula.

Constam, porém, outros nomes do PT e de diversos partidos. Lá estão Aécio Neves, Geraldo Alckmin, José Serra, ACM Neto e centenas de outros. Isto tem que ser posto em análise. Temos que ser justos com os fatos. Todos tem que ser investigados e punidos, se provada a culpa. Inclusive quem conduz o processo de impeachment, sendo réu em processos no STF.

Temos uma concepção de valorização, construída pela categoria, fruto da maior greve da história da rede

Defender a democracia não é partidizar

Não se trata de partidização. Defendemos a democracia porque ela é a via para concretizar todas as demais questões que interessam à maioria da população, como serviços públicos de qualidade, saúde, educação e demais políticas públicas. É a democracia que assegura um relacionamento entre o Estado e a sociedade sem autoritarismo e injustiças.

Nossa democracia é jovem. Ela tem que ser aprimorada e não pode sofrer golpes. Ficou claro no vazamento do áudio onde o vice-presidente Michel Temer, do PMDB, se pronuncia como se o impeachment já tivesse sido aprovado os motivos pelos quais ele e seus aliados querem o poder. Ele diz que vai cumprir programas sociais, mas todas as medidas que defende são para retirar recursos das áreas sociais, priorizando interesses empresariais.



O que está por trás do golpe

O documento Uma Ponte para o Futuro, do PMDB, é uma espécie de programa deste segmento. Lá está proposta a desindexação dos recursos vinculados constitucionalmente à saúde e educação. A cada ano, a destinação de recursos para esses setores essenciais teria que ser encaminhada ao Congresso Nacional para ser aprovada ou não. Seria a volta da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), contra a qual tanto lutamos. Um eventual governo federal pós-impeachment, se ocorrer, ficaria livre para aplicar recursos abaixo do mínimo previsto na Constituição Federal. Você quer isto?

Ali se propõe também que as leis trabalhistas sejam desrespeitadas, caso existam acordos entre patrões e empregados (onde, obviamente, a força dos patrões é desproporcional), propõe um programa de privatizações, ampliar a terceirização em todas as áreas, rever a política de partilha do pré-sal (que garante a soberania nacional na exploração do petróleo) e outras medidas retrógradas.



Este tipo de política está de acordo com o que prega e pratica o PSDB. Um governo federal com este programa seria uma garantia para que o Governo de São Paulo pudesse avançar na privatização da educação pública, por meio das organizações Sociais, como já vem sendo feito no estado de Goiás.

Dois pesos, duas medidas

Alega-se para o impeachment as chamadas "pedaladas fiscais". Na verdade, o interesse dos que articulam este golpe está em aplicar as medidas acima e tantas outras. Se fossem as "pedaladas", por que, então, não há processos de impeachment contra o governador de São Paulo e de outros estados, além de prefeitos que utilizaram o mesmo expediente para equacionar seus orçamentos?

Em São Paulo, haveria razões de sobra para um impeachment. O governador Alckmin prometeu na campanha que não haveria falta d'água e ainda existem regiões com rodízio; falta tudo nas escolas; obras do metrô foram paralisadas, causando grandes prejuízos aos cofres públicos; há desvios de recursos na merenda escolar; há diversos escândalos envolvendo desvios no Metrô, nas obras do Rodoanel, na CPTM e outros setores.

A crise econômica é utilizada para justificar o afastamento da presidenta. Porém, durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso o Brasil viveu graves crises, apagão elétrico, altas taxas de desemprego e tantos outros problemas e ele não sofreu processo de impeachment.

Como educadores e cidadãos, formadores de opinião, temos um papel fundamental na atual conjuntura

Defender a democracia é defender nossa própria história

O momento de avaliar e substituir governantes está previsto na Constituição: são as eleições diretas, por sufrágio universal. O que está sendo feito no Brasil neste momento é uma ofensiva política, oportunista e golpista.

Com a responsabilidade que temos, cabe a nós, professores, ministrar aulas a nossos alunos sobre o que está ocorrendo e não aceitar de forma alguma a escolha indireta de um novo presidente, usurpador, que ocupe o lugar de quem foi eleita legitimamente. Não seria a primeira vez, pois o senador José Sarney, hoje no PMDB, já ocupou de forma indireta a Presidência da República e sabemos todos como foi seu governo. Isto será uma derrota da democracia e uma derrota para todos nós, que lutamos pelas diretas, pelo direito de eleger os governantes. Quem não teve nenhum voto não pode substituir indiretamente quem recebeu 54 milhões de votos nas urnas.

*Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP*

A Indiferença

Bertolt Brecht

Primeiro levaram os comunistas,
Mas eu não me importei
Porque não era nada comigo.
Em seguida levaram alguns operários,
Mas a mim não me afectou
Porque eu não sou operário.
Depois prenderam os sindicalistas,
Mas eu não me incomodei
Porque nunca fui sindicalista.
Logo a seguir chegou a vez
De alguns padres, mas como
Nunca fui religioso, também não liguei.
Agora levaram-me a mim
E quando percebi, já era tarde.

REAJUSTE ZERO, NEM PENSAR

Assembleia estadual será no dia 29 de

Temos muitos motivos para entrar em greve:

- Estamos sem reajuste salarial desde julho de 2014. E o governo fala em reajuste zero em 2016 também.
- Queremos merenda de qualidade nas nossas escolas. As crianças não podem continuar apenas com bolachas com leite ou chá. Queremos também a instalação de uma CPI na Assembleia Legislativa para investigar o roubo da merenda.
- Queremos a reabertura das salas fechadas, principalmente no noturno. Há 260 mil estudantes que não podem mais estudar, porque o noturno foi fechado.
- Os professores não podem ficar doentes, se cuidar, porque o governo desconta suas faltas enquanto esperam a publicação de suas licenças no Diário Oficial.
- Falta de tudo nas escolas, faltam materiais, não tem mais xerox, faltam funcionários, até papel higiênico. Isto não pode continuar.

Nossa meta é a valorização do magistério

Para a APEOESP, a verdadeira valorização dos professores se dá por meio de uma política salarial que tenha como objetivo o cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação, ou seja, que vise a equiparação de nossos salários à média dos demais profissionais com formação de nível superior. Para alcançar esta meta, precisamos de um plano de reajustes escalonados que perfaçam 75,33% de reajuste total.

Emergencialmente, lutamos por:

- reposição da inflação do período que começa em julho de 2015 (data de nosso último reajuste) e o mês de fevereiro de 2016, totalizando 16,6% de reajuste.
- mesa permanente de negociação para discutir a valorização profissional, com base na meta 17 do PNE.

Bônus é enganação! Lutamos por isonomia e política salarial

Historicamente lutamos por isonomia salarial, ou seja, por uma política salarial que assegure reajustes salariais lineares para todos os professores, da ativa e aposentados, sem diferenças, garantindo o poder de compra de nossos salários.

Sucessivos governos estaduais praticaram políticas de concessão de abonos e gratificações. Tais adicionais não se incorporavam aos salários, não incidindo sobre quinquênios, sexta-parte e proventos da aposentadoria.

Com nossa luta, inclusive greves (como as de 2000 e 2010), conseguimos a incorporação de abonos e gratificações, entre eles: Abono, Gratificação por Atividade do Magistério (GAM), Gratificação Geral (GG), Gratificação de Trabalho Educacional (GTE).

O bônus é mais uma política do governo tucano para não valorizar nossos salários. A conversão do bônus em reajuste salarial foi deliberada e

reafirmada nos últimos 15 anos nas instâncias da APEOESP.

Se todos os recursos aplicados em bônus desde o ano 2000 tivessem sido destinados a reajustes salariais, neste momento já teríamos cumprido a meta 17 do PNE.

Veja como funciona: Bônus x Reajuste salarial

Suponha que um professor receba um salário mensal de R\$ 2.900,00.

Agora suponha que ele tenha recebido um bônus de R\$ 2.009,00 em 2016.

Caso conquistássemos um reajuste salarial de 10%, ele passaria a receber mensalmente mais R\$ 290,00.

Ou seja, isto significa que em sete meses já teria recebido o equivalente ao valor do bônus.

E continuaria a receber mensalmente este valor até o final de sua carreira. Sobre este valor, todos os demais reajustes.

Este é o sentido da nossa luta.



Assembleia no dia 08/04, na Praça Roosevelt, aprova estado de greve

Governo do Estado faz guerra de nervos com a categoria

O governo estadual agiu de forma oportunista com os professores, apostando na divisão da nossa categoria.

A Secretaria da Educação deixou aos professores a escolha entre duas opções salariais ruins: receber um bônus muito menor do que o de 2015 ou aceitar um índice de reajuste de 2,5% nos salários.

É absurdo forçar os professores a esta escolha. O pagamento do bônus, que não foi para todos os professores, não resolve nossa questão salarial. Por isso, nossa opção tem que ser clara: se não houver negociação e atendimento de nossas reivindicações, o único caminho é a greve.



Diretoria da APEOESP apresenta reivindicações ao Secretário

Governo tucano desviou bilhões da educação. Queremos de volta!

Além da renúncia fiscal e dos desvios da merenda escolar, o governo do Estado está retirando dinheiro da educação de diversas formas.

O Orçamento do Estado para a educação não cresceu na mesma proporção da inflação, o que significa na prática que ele foi reduzido entre 2015 e 2016. As despesas com salários de professores foram reduzidas em quase 10%. Também houve redução no número de professores em 11,4%.

Em junho de 2000, relatório da CPI da Educação, na Assembleia Legislativa, mostrou que o governo do PSDB deixara de repassar para a educação pública estadual, em quatro anos, mais de R\$ 6,4 bilhões. Em valores atuais, esse montante chega a R\$ 17,5 bilhões. Apesar da decisão judicial que obriga

o Estado a ressarcir os cofres públicos, nada foi feito. Exigimos que o governo do Estado de São Paulo cumpra a ordem da justiça e devolva o dinheiro que tirou da educação.

Um outro desvio é encontrado quando se examinam as contas do FUNDEB no estado de São Paulo. Os municípios mantêm com o fundo uma inadimplência mensal da ordem de R\$ 24 milhões e o governo do PSDB nada faz para reaver este dinheiro, fazendo política, no pior sentido, com as verbas da educação.

Somente mobilizados, como professores e como cidadãos, poderemos obrigar o governo estadual a priorizar e investir efetivamente na educação pública.



Somente a mobilização da categoria poderá assegurar conquistas

VENHA VOTAR PELA GREVE!

em 14 de abril, 14 horas, no Vão Livre do MASP



Mobilização total

Como na greve de 2015 e no movimento contra a reorganização, devemos manter diálogo permanente com estudantes, pais, funcionários, comunidades e movimentos sociais para que apoiem e participem da nossa mobilização, pois ela visa não apenas nossos interesses profissionais, mas a melhoria da escola pública.

Nas escolas e todos os espaços possíveis, devemos realizar rodas de conversa, encontros, aulas e atividades para informar e engajar estudantes e pais no apoio à nossa luta.

Realizaremos caravanas nas macrorregiões, onde as subseções devem trabalhar em conjunto para visitar o máximo de escolas, no máximo de cidades, nas quais devem ser promovidas panfletagens. Com carros de som, vamos conversar com a população sobre as razões de nossa provável greve. Praças, avenidas, empresas, igrejas, terminais, estações de trem e metrô e outros locais de grande concentração popular devem ser panfletados. Toda a população precisa conhecer nossas reivindicações para apoiar o nosso movimento.

Renúncia fiscal beneficia empresários e prejudica a educação

Sempre que reivindicamos melhorias salariais, o governo estadual alega dificuldades financeiras. Entretanto, no período de crescimento da economia, houve aumento real de 70% da receita do Estado, ao passo que, no magistério, se observou perdas consideráveis na folha de 27,5% sobre o salário base e de 31% sobre a remuneração do PEB II (30h).

Ao mesmo tempo, só em 2014, deixou voluntariamente de arrecadar R\$ 14,6 bilhões em diversos setores da economia, sob o argumento de que isto incentivaria a manutenção de empregos ou criação de novos postos de trabalho. O fato é que isto não ocorreu, mas foram evidentes os prejuízos aos serviços públicos e aos investimentos do Estado.

Veja a tabela abaixo:

Previsão de Renúncia Fiscal do ICMS e saldo do emprego no estado de São Paulo, 2013-2018

Ano	Perda de Arrecadação		Nº Saldo emprego
	nº (em R\$ mil)	%	
2013*	14.784.613	11,30	12.466.485
2014*	14.652.741	10,9	-10.855
2015	15.014.090	11,3	-477.956
2016	14.585.000	10,9	-49.166*
2017	15.588.000	10,9	-
2018	16.710.000	10,9	-

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias (SP) 2015-2016 - CAGEDMTE. Elaboração: DIEESE/Subseção APEOESP. (*) Valores corrigidos a preços acumulados em 2015 pelo INPC-IBGE. Nota: (*) Até fevereiro de 2016.

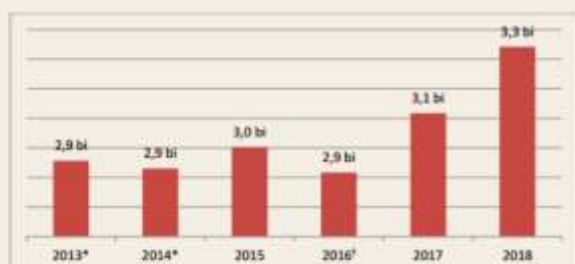
Mesmo com a persistência da crise econômica internacional que afeta o Brasil, queda na arrecadação e desemprego, o governo estadual pretende conceder quase R\$ 50 bilhões em isenções fiscais nos próximos três anos (2016- 2018), além dos R\$ 15 bilhões de isenções no ano de 2015.

Com vinculação constitucional das verbas da educação às receitas tributárias, quanto maior a arrecadação de tributos, mais recursos poderão ser

aplicados no setor. Sobre o ICMS, por exemplo, a educação recebe a chamada cota-parte. Assim, observa-se que no período de 6 anos consecutivos de desonerações tributárias do ICMS, a cota-parte da educação foi prejudicada em R\$ 18,2 bilhões, ultrapassando o total da despesa de pessoal da Secretaria da Educação em 2015.

Veja no gráfico a evolução da renúncia fiscal praticada pelo Governo Alckmin:

Previsão de Renúncia Fiscal do ICMS segundo a cota-parte para Educação do estado de São Paulo, 2013-2018 (em R\$)



Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias (SP) 2015-2016. Elaboração: DIEESE/Subseção APEOESP. (*) Valores corrigidos a preços acumulados em 2015 pelo INPC-IBGE.

Esta política de renúncia fiscal tem que acabar!

Professores da categoria O

Regularização de direitos aguarda assinatura do governador

A APEOESP recebeu da SEE minuta de decreto encaminhada ao governador do Estado para regularizar férias e outros direitos dos professores da categoria O, em função da alteração do período de contratação, que passou a ser de três anos, podendo chegar a três anos e dez meses, para que coincida com o final do ano letivo.

A minuta de decreto altera o Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, acrescentando os seguintes dispositivos:

Artigo 17

Acrescenta Parágrafo único: Fica assegurado aos docentes contratados, o gozo de férias anuais remuneradas, acrescido do pagamento de 1/3 (um

terço) a mais do que o salário normal, após decorridos 12 (doze) meses de exercício da função desempenhada, de acordo com os períodos de férias previstos o calendário escolar.

Artigo 18

Acrescenta novo parágrafo: § 6º - Aos docentes contratados, aplica-se, anualmente, o limite de faltas abonadas e justificadas de que tratam os parágrafos 2º e 3º deste artigo

Tendo sido enviado o Decreto ao governador, nos mobilizaremos para que seja assinado o mais urgente possível, regularizando a situação desses professores, sem perder de vista que nossa luta é por uma nova forma de contratação dos temporários, que lhes garanta dignidade e direitos no exercício da profissão.

Até quando os aposentados ficarão sem reajuste?

Nossa categoria é formada por um alto percentual de professores e professoras aposentados (as). Este segmento foi particularmente injustiçado e prejudicado pelos reenquadramentos da Lei 836/97, reduzindo muito os proventos dos que se aposentaram desde então.

Há muito adoecimento nesta parcela

da nossa categoria e boa parte não tem condições de se cuidar devido aos valores de seus proventos. Por isso, nossa reivindicação é de uma política salarial justa para todos os professores, da ativa e aposentados. Nesta campanha, nossa luta também é por eles e, desta forma, eles participam conosco de todas as mobilizações.

CPI da merenda, já!



APEOESP durante sessão na Alesp, exige CPI da merenda

Combater a corrupção e "passar o Brasil a limpo" não significa olhar apenas o que se passa no plano federal. Aqui mesmo, no estado de São Paulo, avolumam-se casos de desvios de dinheiro público. Um dos casos recentes mais escandalosos é o de desvios de recursos destinados à merenda escolar.

Sob o lema "Governo Tucano rouba merenda das crianças. É crime! CPI já! Cadeia para os culpados e confisco dos bens" a APEOESP, juntamente com as entidades do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, vem desenvolvendo uma campanha para que a Assembleia Legislativa instale a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os responsáveis por esse desvio de milhões de reais da merenda escolar. Está

prevista para 27/04 uma audiência pública sobre educação onde este assunto vai ser também debatido.

Pressão sobre os deputados

Como parte desta luta, estivemos em peso na Alesp no dia 23/02, lotando as galerias para pressionar os deputados. No dia 23/03, novamente, realizamos um ato público, seguido de caminhada, sob forte chuva, até a Avenida Paulista.

Não vamos desistir dessa luta e prosseguiremos pressionando até que a CPI se instale, pois enquanto os culpados seguem impunes, é servida às crianças nas escolas estaduais apenas merenda seca (bolachas e algumas vezes suco), um absurdo que não pode continuar.

APEOESP conquista aposentadoria especial para readaptado

A APEOESP acaba de obter uma grande vitória na defesa dos professores readaptados, em decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

O TJ confirmou o direito à contagem do tempo de readaptação para fins de aposentadoria especial. A 3ª Câmara de Direito Público indeferiu o recurso do Estado e

manteve a sentença de primeira instância que havia julgado procedente o mandado de segurança coletivo impetrado pela APEOESP.

Segundo o Desembargador Relator do acórdão, Marcelo Berthe, "é forçoso reconhecer que o professor afastado de suas atividades de sala de aula, por motivo de doença e, posteriormente, readaptado em outras funções não deixa de ser professor".

Para o desembargador, "o entendimento que deve prevalecer em consonância com o princípio da isonomia é de que o professor readaptado, no âmbito da unidade de ensino, exerce igualmente seu

cargo de professor como se o fizesse efetivamente na sala de aula."

O professor readaptado filiado à APEOESP pode utilizar a decisão favorável conquistada para se aposentar pelo regime especial.

Sobre o pagamento de bônus aos aposentados

Em relação ao pagamento de bônus aos aposentados associados da APEOESP, relativos aos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, o sindicato já providenciou a habilitação de todos para que possam receber. O Estado, porém, ainda não iniciou os pagamentos.



Repúdio

O renascimento da visão conservadora da TFP

Um artigo publicado no site da Secretaria da Educação no dia 05 de abril ganhou a manchete dos principais jornais e sites pela inusitada sinceridade do governo do Estado ao admitir sua equivocada concepção mercadológica em relação à Educação Pública, direito garantido pela Constituição.

O secretário José Renato Nalini excluiu a Educação da lista de direitos básicos e ainda diz que o Estado deve garantir a iniciativa privada no setor, que não seria dever público, como previsto na Lei.

Para o secretário, "tudo aquilo que antigamente era fruto do trabalho, do esforço passou à categoria de direito" e, por isso, Nalini defende que o Estado "deve responder somente por missões elementares e básicas, como Segurança e Justiça".

O artigo provocou reação imediata de especialistas de diversos setores, já que o secretário 'esqueceu-se' também de mencionar a Saúde como um direito básico do cidadão, que deve ser garantido pelo Estado.

Ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini defende tese contrária à Constituição de 1988, que garante que é dever do Estado assegurar direitos como Educação e Saúde.

Na grave defesa de uma concepção de Estado diferente do que estabelece a Constituição, o secretário da Educação ainda desrespeita a Língua Portuguesa e comete dois erros de concordância verbal já no primeiro parágrafo.

O mesmo erro repete-se em outro momento, em uma afirmação preconceituosa em relação aos deveres do Estado e direitos do cidadão. Ao falar sobre o papel das instâncias do Executivo, Legislativo e Judiciário, o secretário Nalini diz "Todas elas alvo fácil (sic) das exigências, cabidas e descabidas, de uma legião ávida por assistência integral".

O correto seria "alvos fáceis", mas

o conteúdo da afirmação também gerou protestos pelo fato de referir-se aos cidadãos contribuintes que reivindicam seus direitos como 'uma legião ávida por assistência integral'.

Em outro trecho, o secretário confirma seu desrespeito aos direitos do cidadão: "Todas as reivindicações encontram eco no Estado-babá, cuja outra face é o Estado-polvo, tentacular, interventor e intervencionista", crítica o secretário da Educação.

Em resposta ao Secretário da Educação, a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, publicou um artigo em seu blog (ela também encaminhou artigo para a "Folha de S. Paulo", que até o fechamento desta edição aguardava publicação) intitulado "O renascimento da TFP".

"Tradição, Família e Propriedade é o nome de uma organização fundada em 1960 cujo lema central defende a ideia de que 'o fundamento da propriedade está na própria natureza do ser humano. Os direitos à liberdade, ao trabalho e ao fruto de seu trabalho, isto é, à propriedade nascem da essência do homem.'"

"Com base neste fundamento, a TFP ajudou a realizar o golpe militar de 1964 e durante todo o período safo às ruas com seus estandartes vermelhos e seus militantes militarizados, para atacar os 'comunistas' (isto é, todos os que deles discordavam) e defender uma concepção ultraconservadora de família e a preponderância do direito à propriedade privada em relação a qualquer interesse social. (...) O texto do secretário (...) contribui para um certo renascimento deste tipo de visão conservadora, ao iniciar-se, de forma sintomática, com a afirmação de que os atuais males da sociedade humana se deveriam à 'fragmentação da família, a perda de importância da figura paterna – e também materna – a irrelevância da Igreja e da Escola em múltiplos ambientes'".

Guia da Aposentadoria

Aposentadoria



O Sindicato publica em seu site um guia atualizado sobre a aposentadoria, um processo muitas vezes demorado, dada a burocracia imposta pelo governo. Organizado por especialistas, o Guia esclarece, de forma didática, dúvidas sobre o processo.

A primeira questão apresentada pela maioria dos professores é: "Acredito que já tenho tempo suficiente de trabalho. Como devo iniciar meu processo de aposentadoria?"

O Guia explica: "Ao completar os requisitos para Aposentadoria, deve ser requerido em duas vias na sua Escola, o documento de Liquidação de Tempo de Serviço."

Veja outras dúvidas que o Guia de Aposentadoria da APEOESP esclarece:

- Quais documentos devem constar no meu PUCT?
- Sou professor readaptado. Tenho direito a aposentadoria especial?
- Quando e como requerer o Abono de Permanência?
- Como são calculados os proventos de aposentadoria?
- Do que se trata a Regra 85/95?

Governo desconta salário de professor doente



Os professores foram surpreendidos pouco antes do início do ano letivo por uma circular eletrônica, na Unidade Central de Recursos Humanos do Estado determinando as providências que devem ser adotadas no tocante à licença para tratamento de saúde. O documento do dia 05 de fevereiro de 2016 contém ilegalidades, que estão sendo contestadas judicialmente pela APEOESP.

Nos termos da nova orientação, devem ser consignadas faltas injustificadas e descontados os dias correspondentes ao período de licença até que o parecer final do Departamento de Perícias Médicas seja publicado no "Diário Oficial". Este novo posicionamento da administração é ilegal, pois o DPME demora para realizar a inspeção médica e, não raras vezes, a perícia só é feita após os dias necessários ao tratamento de saúde do professor.

A APEOESP impetrou mandado de segurança coletivo para impedir que sejam consignadas faltas injustificadas e descontados os dias referentes à licença pleiteada pelo professor antes do parecer final do DPME.

O professor que requer a licença está doente e não pode aguardar em exercício o parecer final para iniciar o gozo da licença; muitas vezes, há a necessidade de afastamento do trabalho para fins de tratamento.

Como sempre, a APEOESP está atenta e atuante em relação a medidas que afetem os direitos da categoria. Além do mandado de segurança coletivo, o Sindicato está recebendo denúncias de professores que tenham sido prejudicados por esta medida. Basta procurar o Departamento Jurídico da subsele mais próxima para registrar o ocorrido.

Veja a íntegra do comunicado:

Srs Diretores de Escola e GOEs,

Recebemos o comunicado UCRH nº 01/2016 (abaixo), e o Parecer 95/2015 (em anexo), que determina que as Licenças Saúde serão consideradas como Faltas Injustificadas até publicação favorável à concessão da licença pleiteada, ou seja: o servidor que entrar em Licença Saúde, só poderá ser considerada e digitada no PAEC e BFE como Licença Saúde, após publicação favorável à concessão da licença pleiteada, e caso seja negada deverá permanecer como Faltas Injustificadas até decisões proferidas nos pedidos de reconsideração ou recurso.

Solicitamos que seja amplamente divulgado e aproveitado o Planejamento que ocorrerá nos dias 10,11,12/02, que passem o Comunicado e o Parecer, com a devida ciência a todos os servidores.

APEOESP participa do Dia Nacional de Mobilização em Brasília

No dia 31 de março, a APEOESP, junto com a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), participou do Dia Nacional de Mobilização, em Brasília, na "Marcha dos 100 mil". A manifestação superou as expectativas dos organizadores, com a presença de cerca de 200 mil pessoas. O ato integrou o Dia Nacional de Mobilização, com concentrações em diversas cidades do Brasil. Em São Paulo, o ato – que além das reivindicações da classe trabalhadora também defendeu a democracia contra o iminente golpe que o Congresso Nacional e a elite querem deflagrar – aconteceu na Praça da Sé, reunindo mais de 45 mil pessoas.

Além da pauta geral dos trabalhadores – contra o ajuste fiscal

e a reforma da previdência –, os professores defenderam em Brasília pautas específicas, como a não militarização das escolas públicas (como já vem acontecendo em Goiás), não às Organizações Sociais (OSs), não à mercantilização da educação, não ao fim da aposentadoria especial dos professores, não ao aumento da idade para aposentadoria e não à mesma idade para aposentadoria de homens e mulheres.

Para o presidente da CNTE, Roberto Leão, cerca de 10 mil trabalhadores em educação participaram da Marcha. "Claro que nós temos nossas reivindicações, somos contra a reforma da previdência, nós não queremos a militarização das escolas, nós não

queremos que as escolas sejam dirigidas pelas OSs, mas acima de tudo isso, existe a luta em torno da democracia que neste momento corre risco no nosso país", declarou.

De acordo com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, organizadoras do evento, os protestos foram em defesa da democracia – golpe nunca mais; contra o ajuste fiscal – por outra política econômica; e em defesa dos direitos trabalhistas – contra a reforma da Previdência.

A marcha ocorreu de forma pacífica. A concentração teve início às 14 horas no estádio Mané Garrincha e os manifestantes seguiram, em marcha, até a Praça dos Três Poderes, onde o evento foi encerrado por volta das 22 horas.

Servidores fazem ato em defesa do Iamspe

Convocados pela CCM (Comissão Consultiva Mista do Iamspe), servidores públicos de diversas secretarias realizaram um ato público em Defesa do Iamspe em frente ao Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), em São Paulo. A diretoria, conselheiros e militantes da APEOESP participaram do ato que aconteceu no dia 25 de fevereiro. (foto)

Um dos objetivos do ato foi denunciar o fato de o governo não contribuir com sua cota-parte de 2% do Orçamento para manter o Iamspe. Os servidores cobraram ainda a melhora, ampliação e descentralização do atendimento ao servidor público em todo Estado.

Durante o ato, os presentes debateram sobre a necessidade de as entidades representantes do funcionalismo intensificarem a luta pela transparência e fiscalização do Instituto. É necessário saber o que o governo faz com os cerca de R\$ 800 milhões arrecadados por ano.

O fim das terceirizações e das formas de atuação de Organizações Sociais criadas dentro do Iamspe com a finalidade de privatizar o serviço público também foram assuntos amplamente discutidos durante o ato. Outras reivindicações: fim das terceirizações ou quaisquer outras ações com o fim de privatizar o serviço público; reativação do atendimento no Hospital Santo Amaro no Guarujá ou outro congêneres; ampliação da rede de atendimento de clínicas e laboratórios de imagem; procedimentos vasculares, de dermatologia, fisioterapia, ortopedia e oftalmologia; inclusão de pediatria e obstetrícia no atendimento de urgência/emergência do Hospital Beneficência Portuguesa em Santos.

Não aceitamos retiradas de direitos!

APEOESP, junto com a CNTE, está acompanhando com atenção a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, que Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal.

A APEOESP considera muito importante a renegociação e alongamento das dívidas dos Estados e Distrito Federal com a União. Este alongamento é fundamental para que os Estados e o DF possam realizar investimentos necessários em benefício da população, num momento em que a economia necessita de estímulos para voltar a crescer.

Entretanto, não podemos de forma alguma concordar com a imposição de medidas que significam a retirada de direitos dos servidores públicos, como a suspensão de reajustes salariais e novas vantagens por dois anos, suspensão de concursos públicos e toda contratação de pessoal, elevação das alíquotas de contribuição previdenciária para 14%, limitação dos benefícios, progressões e vantagens dos funcionários estaduais ao que é estabelecido para os servidores da União e outras.

Tais medidas são absolutamente inaceitáveis. Retiram nossos direitos e teriam um impacto direto na qualidade dos serviços públicos, atingindo

diretamente a população que deles mais necessita.

Aqui no Estado de São Paulo, parte dessas medidas já vem ocorrendo. O governador Geraldo Alckmin proibiu por decreto reajustes salariais, suspendeu novas contratações e concursos, embora falem professores e os estudantes passem horas nos pátios das escolas. Não é possível que este tipo de medida seja estendida a todo o Brasil.

Estamos na luta para que essas medidas não sejam aprovadas e estaremos em Brasília, juntamente com outros setores do funcionalismo público para que sejam retiradas estas medidas do PLP 257/2016.

Conferência Popular de Educação

Reorganização, não! Queremos educação pública de qualidade



No final dos trabalhos, os participantes da Conferência Popular de Educação – professores, estudantes e pais – aprovaram o "Manifesto ao Secretário da Educação em defesa da Escola Pública".

Nos dias 15, 16 e 17 de março a Praça da República foi dos professores, estudantes, pais, funcionários, lideranças populares e movimentos sociais, que realizaram a Conferência Popular de Educação, organizada pela APEOESP e pelo Grito pela Escola Pública de Qualidade no Estado de São Paulo.

Distribuídos em tendas montadas em plena praça, integrantes de todos esses segmentos escolheram livremente, entre dezenas de oficinas, os assuntos de seu maior interesse, passando em revista tudo o que hoje ocorre na educação pública estadual, sem perder de vista também o que acontece na esfera nacional, como o Plano Nacional de Educação e o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Na mesa de abertura, a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo

Conferência Popular de Educação

Noronha, abordou os desafios do momento atual e recebeu para falar também João Paulo Rodrigues, do MST, Roberto Franklin de Leão, Presidente da CNTE, Guilherme Boulos, Coordenador do MTST, Ângela Meyer, Presidenta da UPES, Douglas Izzo, Presidente da CUT/SP, Francisca Pereira da Rocha Seixas, representando a CTB, e Eliana Nunes, pela Conlutas.

A noite foi encerrada com dois belíssimos shows de Chico Greter e do grupo musical O Teatro Mágico, que empolgou centenas de professores, jovens estudantes e o público que passou pelo local.

No segundo dia, foram realizadas oficinas sobre a merenda escolar, a reorganização da rede, gestão democrática, valorização dos profissionais da educação, saúde nas escolas, currículo e organização dos tempos e espaços escolares, arte e cultura no currículo escolar e muitos outros temas. Participou como palestrante a filósofa Marilena Chauí, que falou sobre a formação da cidadania e gestão democrática, e outros convidados como Braz Rodrigues Nogueira, Marcos Khauê, Matheus Doná, Joelma Wellington, Madalena Guasco, João Palma, Nereide Saviani, Rafael Guerra, Alexandre Padilha, Paschoal da Conceição, Taz Araújo, Jamil Murad, Celso Nascimento, Julia Fernandes, Otaviano Helena, Salomão Xavier, Carlos Giannazi, João Paulo Rillo, Beth Sahnão, Emilio

Rodrigues, Gustavo Marsaioli, Maria Sufaneide Rodrigues, Adalberto Oliveira, Teonílio Barba, Monica Krauter, Rafaela Boani, Luã Capolillo, Antonio Jovem.

No final do evento uma comissão composta por todos os segmentos entregou o Manifesto Em Defesa da Escola Pública, que pode ser conferido no portal da APEOESP (www.apeesp.org.br), ao chefe de gabinete da Secretaria Estadual da Educação, tendo em vista que o secretário estava em viagem.

Conferências regionais

Na reunião do Conselho Estadual de Representantes, que ocorreu no dia 17 de março, no mesmo local, ficou definido que a APEOESP organizará, em conjunto com outras entidades, 13 conferências populares de educação regionais (nas macrorregiões) e uma segunda edição da Conferência Popular de Educação na Semana do Professor, em outubro.



Participantes da Conferência Popular de Educação fazem cadastro



Tâmara Naiz, presidenta da ANPG, Cílene Obici (APEOESP), Roberto Leão, presidente da CNTE, e Juvenal Neto (APEOESP)



Professora Maria Izabel Azevedo Noronha, presidenta da APEOESP e o vice-presidente, Fábio de Moraes, na abertura dos trabalhos



O secretário de Saúde da Prefeitura de São Paulo, Alexandre Padilha, Nilcea Victorino (APEOESP), e o vereador Jamil Murad



Chico Greter participa da atividade cultural



Fábio Moraes, Douglas Izzo (CUT), Guilherme Boulos (MTST), Roberto Leão e Maria Izabel Azevedo Noronha



Deputada Beth Sahnão e Gustavo Marsaioli (SINDIPETRO-FUP)



A filósofa Marilena Chauí, Roberto Guido e Rita Cardoso (APEOESP)



Ator Paschoal da Conceição participa do debate sobre o papel da arte na educação



Todas as tendas temáticas tiveram grande participação de público



Estudantes participaram ativamente da Conferência Popular



Show do grupo O Teatro Mágico...



Atraiu grande público na Praça da República

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Roberto Guido e Sílvio de Souza. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha; Fábio Santos de Moraes; Roberto Guido; Sílvio de Souza; Leandro Alves Oliveira; Fábio Santos Silva; Rita de Cássia Cardoso; Ezio Expedito Ferreira Lima; Luiz Gonzaga José; Maria Sufaneide Rodrigues; Francisco de Assis Ferreira; Solange A. Benedeti Penha. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). **Redatores:** Ana Maria Lopes (MTB 23362) e Luis Brandino. **Colaborador:** José Rocha da Cunha. **Fotos:** Jesus Carlos, Inácio Teixeira, Douglas Mansur e Jordana Mercado. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos. **Secretaria:** Edemilde do Nascimento. **Impressão:** Graftec. **Tiragem:** 165.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. **Circulação em mão:** **Publicação bimensal.** Distribuidora: ACF Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 - 5ª andar - CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP - TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice-Presidente:** Fábio

Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Finanças:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Finanças Adjunta:** Maria Sufaneide Rodrigues; **Secretário de Administração:** Dólimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Miguel Noel Meirelles; **Secretária de Patrimônio Adjunta:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Solange A. Benedeti Penha; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretária de Políticas Sociais Adjunta:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretária para Assuntos de Aposentados:** Ana Lúcia Santos Cugler; **Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:** Fátima da Silva Fernandes; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Sueli Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Eliana Nunes dos Santos;

Secretária para Assuntos Municipais: Nilcea Freiry Victorino; **Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:** Mara Cristina de Almeida; **Secretária Geral de Organização:** Cílene Maria Obici; **Secretária de Organização para a Capital:** Silvana Soares de Assis; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretária de Organização para o Interior:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretário de Organização para o Interior:** Sergio Martins da Cunha; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL

Ademar De Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho; Andressa de Sousa R. Mesko; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem; De Jesus Filho; Arivaldo de Camargo; Ary Neves Da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudelício dos Reis; Claudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Danilo Giacometti Paris; Decio Alves Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins

Rosa; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte; Fabiana Ribeiro da Silva; Fabio Henrique Granados Sardinha; Fláudio Azevedo Lima; Floripes Ingracia Borioni Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Idemilde De Almeida Conceicao; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto; José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Juçinaldo Souza Azevedo; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteadinho Neto; Luis Antonio Nunes Da Horta; Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feltoza Vieira; Magda Souza de Jesus; Malva Machado Rodrigues; Marcos César da Costa; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Margarete da Silva Oliveira; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquemburgue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberto Lara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Ronald Torelli; Rosa Maria De Araujo Florentino; Sergio De Brito Garcia; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva; Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Ulisses Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zimberger e Wilson Augusto Fiuza Frazao.